



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a está pedindo a palavra, ou V. Ex^a está falando comigo?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Eu só estou justificando: o voto do Senador Paulo Rocha fui eu que orientei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Item 5.

Projeto de Lei da Câmara 152, de 2015.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pois não?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Eu estou com um requerimento aí, pedindo um adiamento por um mês desse projeto. Esse projeto, na verdade, dá porte de armas para agente de trânsito. Eu, sinceramente, acho que a gente tem que ter um debate mais aprofundado sobre isso, e eu estou com esse requerimento e queria fazer um apelo a V. Ex^a: nós temos uma pauta grande pela frente, há a possibilidade de discutir reforma política...

Eu faço esse pedido a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a está pedindo para...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... votar o requerimento?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votar o requerimento?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ou votar o requerimento, é. Está...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou ler a matéria e vou votar o requerimento de V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Item 5.

Projeto de Lei da Câmara 152, de 2015 (e nº 3.624, de 2008, da Casa de origem), que altera a Lei nº 10.826, de 2003, para conceder porte de arma aos integrantes dos quadros de pessoal de fiscalização dos departamentos de trânsito.

Parecer favorável nº 1.194, de 2015, do Senador José Medeiros, na CCJ.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Há requerimento sobre a mesa, Senador Lindbergh.

O requerimento.

Requeiro nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento de discussão do Projeto de Lei da Câmara 152, de 2015, que altera o art. 6º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de arma de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), define crimes e dá outras providências, para conceder porte de arma aos integrantes dos quadros de pessoal de fiscalização dos departamentos de trânsito, para votação no dia 18 de outubro de 2017.

**** QUARTO 68 - Sup.: Ana Lúcia Mariano Corrêa ****

Sala de Sessões, 20 de setembro de 2017.

Senador Cássio Cunha Lima, para discutir o requerimento.



O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu vou encaminhar contra o requerimento, para que o Plenário possa se debruçar sobre essa matéria que tramita na Casa já há anos.

Uma das estratégias que se usa no Senado Federal – o que é relativamente legítimo para vencer um debate –, quando há uma posição contrária, é impedir a votação. Essa é uma forma de se vencer uma discussão em que, legitimamente, há um posicionamento contrário sobre determinado tema, para procrastinar *sine die* matérias que tramitam aqui há muito tempo.

Eu já vou antecipar minha posição favorável ao mérito dessa matéria. Nós estamos vivendo uma situação de calamidade tamanha na sociedade brasileira, uma sociedade desprotegida, desguarnecida, à mercê da própria sorte, que não vejo nada, absolutamente nada de equivocado em, permitindo a devida qualificação, permitindo o devido treinamento, aparelhar agentes públicos do Estado para que eles possam não apenas se proteger, mas também proteger a sociedade. Não vejo nenhum dano à sociedade que um agente de trânsito, devidamente treinado, qualificado, preparado para o uso de uma arma de fogo, em sua defesa e em defesa da sociedade, possa fazê-lo.

Nós vivemos num país onde a bandidagem se arma de todas as formas – armas ilegais de contrabando de grosso calibre –, e os agentes públicos, os agentes do Estado que estão nas ruas fardados, de fácil identificação, são alvo dessa bandidagem, são assassinados nas ruas, como já houve inúmeros casos de agentes de trânsito que são assassinados.

O apelo que eu faço ao Plenário é que nós possamos derrotar o requerimento do Senador Lindbergh – salvo engano, a autoria é do Senador Lindbergh – para que nós possamos votar. Aqueles que são favoráveis vão dar o seu voto "sim"; os que são contra vão colocar no painel a sua manifestação contrária. O que não é possível, o que não é aceitável é simplesmente não votar, porque já é a décima vez que se tenta votar essa matéria e se tenta sempre o adiamento.

Eu não tenho de memória – talvez alguns das assessorias possam nos socorrer –, mas essa matéria tramita – o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Bandeira, pode talvez me ajudar com a informação – há alguns anos no Senado Federal. Não é possível, para concluir, Sr. Presidente, que se ganhe o debate evitando a votação, evitando que se discutam posições que são divergentes.

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A matéria é polêmica? É polêmica. Há divergência? Há divergência. Como é que se resolve? No voto. Os que são favoráveis vão poder votar a favor, e os que são contra vão votar contrariamente à matéria.

**** QUARTO 69 - Sup.: Zila Neves ****

Num Estado como o brasileiro, num país como o nosso, onde a bandidagem está armada até os dentes, impedir que os agentes do Estado, fardados, uniformizados, que estão expondo as suas vidas nas ruas, possam se defender e defender a sociedade é um absurdo.

Eu vou defender a aprovação da matéria e encaminho contra a aprovação do requerimento, que é mais uma medida procrastinatória para adiar o debate e não deliberarmos sobre uma matéria que tramita há muitos anos no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, Senador Capiberibe.



O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, há uma questão que eu gostaria de levantar.

O item 12 da pauta, a Proposta de Emenda à Constituição 24, de 2012, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública, é um projeto que pode responder, neste momento, aos anseios da sociedade brasileira. Estabelece esse fundo, cria um orçamento público e faz com que a União tenha uma preocupação com a segurança do cidadão, porque não existe política de segurança da União.

O Estado brasileiro, a União federal delegou aos Estados federados a responsabilidade pela segurança do cidadão e lava as mãos em relação ao que acontece hoje no País. Nós vivemos um clima de guerra não declarado. O Estado perdeu o controle sobre a metade da sociedade. O Estado não controla o conjunto da sociedade brasileira.

Em vez de nós colocarmos em votação um projeto que busca alternativas para a segurança pública, nós estamos trazendo de volta uma situação para a qual já houve até plebiscito. Nós já fizemos o plebiscito sobre o desarmamento. E aí nós temos que trazer essa discussão de volta? Para quê? Essa é a questão que eu me pergunto.

Nós temos uma proposta clara de política pública para a segurança pública, desde 2012. Está na pauta, já passou por todas as comissões possíveis, inclusive a Comissão de Segurança Pública, criada no ano passado, e não se vota. É o segundo item da pauta.

Eu peço a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente, porque essa é uma proposta concreta de combate à violência porque instrumentaliza a área de segurança pública para poder dar uma atenção maior ao cidadão.

O Brasil hoje não é só nos centros urbanos. O Estado brasileiro não controla mais a violência em canto nenhum deste País. E aqui nós estamos trazendo a este Plenário coisas já decididas e discutidas. Nós vamos voltar à discussão de novo, fazer outro plebiscito para desarmamento? Já foi feito o plebiscito. E aí nós vamos repetir toda a discussão e deixamos de votar uma proposta clara, que é o segundo item dessa pauta.

Portanto, peço a V. Ex^a que coloque em votação a PEC 24.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu conversei com o Senador Cássio...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Capiberibe, se V. Ex^a quiser botar na pauta, eu vou botar.

Agora, na última votação que nós tivemos aqui, nós tivemos apenas 52 Senadores presentes. Eu não quero derrubar a PEC de V. Ex^a, que precisa de 49 votos "sim".

Se V. Ex^a quiser, eu boto agora na pauta; senão, deixo para terça-feira.

Não há má vontade da Presidência. A Presidência quer aprovar a PEC de V. Ex^a por entender importante. Mas, se V. Ex^a quiser, está na pauta, eu sigo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone.*) – Terça-feira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Terça-feira?

O.k. então.

**** QUARTO 70 - Sup.: Ana Lúcia Mariano Corrêa ****

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.



O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Quem pediu a palavra pela ordem? O Senador Hélio José, para discutir, mas o Senador Lindbergh pede a palavra... Parece que há um entendimento aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conversei aqui com o Senador Cássio Cunha Lima. Chegamos a um acordo de aprovar esse requerimento, mas pautar para a próxima semana.

Eu, sinceramente, acho um absurdo dar porte de arma para agente de trânsito. Ele não tem treinamento para isso, não é polícia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Mais um momento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A gente está desmontando o Estatuto do Desarmamento. Mas o acordo é a gente votar esse requerimento, pautando para a próxima semana, tirando da pauta de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cássio, eu vou fazer... Deixe-me fazer uma consulta ao Senador Cássio: concorda?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja só: estamos aqui diante de um entendimento, porque o Regimento determina que, aprovado o requerimento, ele volta para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Isso.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – E não é esse o espírito.

Eu acho que o que está sendo acordado é que, por decisão da própria Mesa – e caberia a decisão de V. Ex^a –, retira-se de pauta agora e, pelo seu comando, dentro das suas atribuições como Presidente, traz-se para a pauta na próxima semana, terça ou quarta-feira, para votação.

Porque, se se aprova o requerimento, Senador Lindbergh, o Regimento impõe o retorno para as comissões.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tudo bem. Sem problemas.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Então, o acordo é retirar da pauta neste instante, por deliberação de V. Ex^a, com o compromisso de retornar para votação na próxima semana.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tudo bem. Sem problemas. Concorde.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Aí temos acordo, não há dificuldade. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então, eu vou voltar...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou voltar ao Item 1 da pauta – ao Item 1 da pauta –, que é o Projeto de Lei do Senado 206, que tem como Relator, como autor, o Senador Ronaldo Caiado, apensados ao projeto outros projetos, que foram apensados por um requerimento aqui à Mesa...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu pediria a V. Ex^{as} um pouquinho de silêncio, porque eu não estou... para que o Plenário saiba o que nós vamos votar.